



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

(Da Sra. Deputada REJANE DIAS)

Acrescenta o art. 38-A à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, para estabelecer a obrigatoriedade da divulgação de informações sobre a Central de Atendimento à Mulher.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o art. 38-A à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, para estabelecer a obrigatoriedade da divulgação de informações sobre a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) por empresas prestadoras de serviços de radiodifusão sonora (rádio) e de sons e imagens (televisão), por programadoras do serviço de acesso condicionado, por veículos impressos de comunicação e por portais de internet hospedados no País.

Art. 2º A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 38-A:

“Art. 38-A. As empresas prestadoras de serviços de radiodifusão sonora (rádio) e de sons e imagens (televisão), as programadoras do serviço de acesso condicionado, os veículos impressos de comunicação e os portais de internet hospedados no País deverão divulgar informações sobre a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), incluindo seu código de acesso

telefônico e os serviços ofertados pela central, nos termos estabelecidos nesta Lei.

§ 1º As empresas prestadoras dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), de sons e imagens (televisão) e as programadoras do serviço de acesso condicionado deverão veicular inserções educativas, com duração de trinta segundos cada, duas vezes por semana, uma vez no horário compreendido entre as doze e as treze horas, e uma vez no horário compreendido entre as vinte e as vinte e uma horas, alusivas à Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180).

§ 2º Os veículos impressos de comunicação deverão trazer, em todas as suas edições, texto alusivo à Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180).

§ 3º Os portais de internet hospedados no País deverão inserir, de maneira fixa, sempre disponível, link em sua página principal contendo texto alusivo à Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180). ” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Há mais de dez anos, as mulheres no Brasil conquistaram um marco na legislação: a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). A lei foi gerada pela história de luta de Maria da Penha, biofarmacêutica cearense que ficou paraplégica após duas tentativas de assassinato do então marido e virou referência no enfrentamento à violência doméstica.

Uma série de medidas de caráter social, preventivo, protetivo e repressivo também foi prevista, assim como diretrizes das políticas públicas e ações integradas para a prevenção e erradicação doméstica contra as mulheres.

Dentre as medidas está a implementação da Central de Atendimento à Mulher, através do disque-denúncia – Ligue 180, vinculada à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que recebe, aproximadamente, 179 relatos por dia de violência contra a mulher.

É um serviço disponível 24 horas por dia, todos os dias da semana, serviço disponível em todos os Estados Brasileiros, onde as mulheres vítimas de violência recebem orientações, esclarecem dúvidas e podem registrar denúncias de agressões, tudo de forma sigilosa e segura.

No entanto, há ainda pouca divulgação do serviço prestado pela Central de Atendimento à Mulher, necessitando, portanto, intensificar a divulgação através de todos os meios de comunicação.

A Fundação Perseu Abramo divulgou pesquisa, em parceria com o SESC, revelando uma triste realidade brasileira: a cada dois minutos, cinco mulheres são agredidas violentamente no Brasil. O estudo, intitulado “Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado”, mostra que, apesar dos grandes esforços feitos por governo e sociedade nos últimos anos, a violência contra as mulheres ainda é um problema grave no Brasil, que afeta brasileiras em todos os Estados e em todas as classes sociais. São mais de 7,2 milhões de mulheres brasileiras que já foram agredidas, revelando que a covardia de homens agressores ainda precisa ser combatida com mais efetividade em nosso País.

Outra pesquisa, realizada pelo Ibope e pelo Instituto Avon, revelou dados igualmente preocupantes. O documento “Percepções e Reações da Sociedade Sobre a Violência Contra a Mulher”, publicado em 2009, mostra que 55% da população brasileira já presenciou casos de agressões a mulheres. A mesma pesquisa revela, contudo, que apenas 39% daqueles que conheceram uma mulher vítima de violência denunciaram o fato às autoridades. Portanto, é possível concluir que, em paralelo à alta prevalência de agressões contra as mulheres, há uma subnotificação desses casos, devido ao baixo índice de apresentação de denúncias.

Portanto, com o intuito de melhor envolver a sociedade no combate à violência contra a mulher, que apresento este projeto. Ele decorre, principalmente, da nossa percepção de que há ainda pouca divulgação do serviço prestado pela Central de Atendimento à Mulher, também conhecido simplesmente como: Ligue 180. Trata-se de um serviço de fácil acesso, gratuito, disponível em todo o território nacional e acessível 24 horas por dia,

sete dias por semana, que tem como função exclusiva receber denúncias de abusos cometidos contra mulheres.

A presente proposição pretende tornar obrigatória a divulgação de informações sobre a Central de Atendimento à Mulher, Ligue 180, por empresas prestadoras de serviços de radiodifusão sonora, rádio, e de sons e imagens, televisão, por programadoras do serviço de acesso condicionado, TV por assinatura, por veículos impressos de comunicação e por portais de internet hospedados no País. Esta é uma iniciativa de baixo custo e de alta eficiência, que por certo contribuirá para a popularização do serviço prestado pela Central de Atendimento à Mulher.

Diante do exposto, conclamo o apoio dos ilustres Pares na sua aprovação.

Sala das Sessões, em de maio de 2019.

Deputada REJANE DIAS